

**COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL**  
**Edital nº 39/2018**

**Programa de Provas e Referências Bibliográficas**

**CONTEÚDO GERAL**

1. ATENÇÃO HOSPITALAR
2. SAÚDE DA FAMÍLIA
3. CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

**PROGRAMA**

1. O Sistema Único de Saúde.
2. História das políticas de saúde no Brasil.
3. Determinantes sociais na saúde.
4. Promoção da saúde e prevenção de doenças.
5. Atenção primária à saúde e Estratégia saúde da família.
6. A gestão da atenção na saúde.
7. Gestão do SUS: descentralização, regionalização e participação social.
8. Avaliação em saúde.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
2. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde nº 8.080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990.
3. BRASIL. Lei Orgânica da Saúde nº 8.142. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990.
4. BRASIL. Decreto nº 7.508. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Brasília-DF, 28 de junho de 2011. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7508.htm)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2.436. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 21 de setembro de 2017. [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)
6. GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V.C.; NORONHA, J.C.; CARVALHO, A.I. (Orgs.). Políticas e sistema de saúde no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.
7. CAMPOS, G.W.S.; MINAYO, M.C.S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. (Orgs.). 2.ed. rev. e amt. Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec, 2013.
8. ROUQUAYROL, M.Z.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Epidemiologia e saúde. 7.ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.
9. PAIM, J.S.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). Saúde coletiva – teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2014.

**ATENÇÃO HOSPITALAR - ENFERMAGEM**

**PROGRAMA**

1. Assistência de enfermagem ao paciente crítico.
2. Assistência de enfermagem ao paciente clínico-cirúrgico.
3. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico.
4. Assistência de enfermagem ao paciente em situações de urgência e emergência.
5. Assistência de enfermagem ao paciente adulto e idoso.
6. Assistência à saúde do recém-nascido, criança, adolescente e mulher.
7. Assistência à saúde mental.
8. Aspectos éticos e legais da atuação do profissional de enfermagem.
9. Prevenção e tratamento de doenças crônico-degenerativas.
10. Prevenção e tratamento de doenças transmissíveis.
11. Saúde do trabalhador.
12. Segurança do paciente.
13. Sistematização da assistência em enfermagem
14. Tecnologias e assistência de enfermagem.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Cuidados gerais. Vol. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v1.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v1.pdf)
2. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à saúde do recém-nascido**: guia para os profissionais de saúde. Problemas respiratórios, cardiocirculatórios, metabólicos, neurológicos, ortopédicos e dermatológicos. Vol. 3. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. [Internet]. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_saude\\_recem\\_nascido\\_v3.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_recem_nascido_v3.pdf)

3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. [Internet]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestação de alto risco: manual técnico.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012. [Internet]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_tecnico\\_gestacao\\_alto\\_risco.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_tecnico_gestacao_alto_risco.pdf)
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para o uso de hemocomponentes.** Brasília: Ministério da Saúde, 2015. [Internet]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_uso\\_hemocomponentes\\_2ed.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_uso_hemocomponentes_2ed.pdf)
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica. N. 36. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013. [Internet]. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_36.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue. Diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016. [Internet]. Disponível em: <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/14/dengue-manejo-adulto-crianca-5d.pdf>
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso.** 8 ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. [Internet]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_infecciosas\\_parasitaria\\_guia\\_bolso.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf)
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sirio Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos de atenção básica: saúde das mulheres.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016. [Internet]. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo\\_saude\\_mulher.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/protocolo_saude_mulher.pdf)
10. BRUNNER & SUDDARTH. **Manual de enfermagem médico-cirúrgica.** [revisão técnica Sonia Regina de Souza; tradução Patricia Lydie Voeux] 13 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
11. BOTEGA, N.J. (Org.). **Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsultas e emergências.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
12. BULECHEK, GLORIA M.; BUTCHER, HOWARD K.; DOCHTERMAN, JOANNE. **Classificação das intervenções de enfermagem (NIC).** Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.
13. CARPENITO, L.J. **Manual de diagnósticos de enfermagem: aplicação à prática clínica.** Porto Alegre: Artmed, 2012.
14. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN Nº 564/2017.** Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. [Internet]. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)
15. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto 94406/87.** Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Conselho Federal de Enfermagem. [Internet]. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html)
16. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. **Uso seguro de medicamentos: guia para preparo, administração e monitoramento / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo.** – São Paulo: COREN-SP, 2017. [Internet]. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/uso-seguro-medicamentos.pdf>
17. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução 0459/2014.** Estabelece os requisitos mínimos para o registro de Enfermeiro Especialista, na modalidade de Residência em Enfermagem. Conselho Federal de Enfermagem. 2014. [Internet]. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04592014\\_26170.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-04592014_26170.html)
18. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN Nº 569/2018.** Aprova o Regulamento Técnico da Atuação dos Profissionais de Enfermagem em Quimioterapia Antineoplásica. [Internet]. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0569-2018\\_60766.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0569-2018_60766.html)
19. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DA BAHIA. **SAE - Sistematização da assistência de enfermagem: Guia prático / lida Maria Fonseca Santos (Org.) [et al.]** . Salvador: COREN - BA, 2016. [Internet]. Disponível em: [http://ba.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/GUIA\\_PRATICO\\_148X210\\_COREN.pdf](http://ba.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/GUIA_PRATICO_148X210_COREN.pdf)
20. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM DE SÃO PAULO. **Processo de enfermagem: guia para a prática / Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Alba Lúcia B.L. de Barros... [et al.]** – São Paulo: COREN-SP, 2015. [Internet]. Disponível em: <http://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/SAE-web.pdf>
21. DUNCAN, B.B.; SCHIMIDT, M.I.; GIUGLIANI, E.R.J. e colaboradores. **Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária e baseadas em evidências.** Porto Alegre: Artmed, 2006.
22. GRAEF, J.W.; WOLFSDORF, J.I.; GREENES, D.S. **Manual de terapêutica pediátrica.** [tradução de Lúcia Campos Pellanda ... et al]. 7.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
23. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. **Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço.** / Instituto Nacional de Câncer. – 3. ed. rev. atual. ampl. – Rio de Janeiro: INCA, 2008. [Internet]. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes\\_enfermagem\\_controle\\_cancer.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf)
24. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Manual de biossegurança.** Belo Horizonte: IPSEMG, 2017.
25. HERDMAN, H.T.; KAMITSURU, S. **Diagnósticos de enfermagem da NANDA-I: definições e classificação 2018-2020.** [tradução de Regina Machado Garcez]. 11 ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.
26. MEEKER, M.H.; ROTHROCK, J.C. **Alexander: cuidados de enfermagem ao paciente cirúrgico.** [tradução de Cláudia Lúcia Caetanode Araújo, Ivone Evangelista Cabral] Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
27. POTTER, P. **Fundamentos de enfermagem.** [tradução de Mayza Ritomy Ide ... et al.] Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
28. REDE BRASILEIRA DE ENFERMAGEM E SEGURANÇA DO PACIENTE. **Estratégias para a segurança do paciente: manual para profissionais da saúde / Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente.** – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2013. [Internet]. Disponível em: [https://www.rebraensp.com.br/images/publicacoes/manual\\_seguranca\\_paciente.pdf](https://www.rebraensp.com.br/images/publicacoes/manual_seguranca_paciente.pdf)
29. ROCHA, R.M.; MARTINS, W.A. [editores]. **Manual de prevenção cardiovascular.** 1. ed. -- São Paulo: Planmark; Rio de Janeiro: SOCERJ - Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro, 2017. [Internet]. Disponível em: [https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual\\_de\\_Prevencao\\_Cardiovascular\\_SOCERJ.pdf](https://socerj.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual_de_Prevencao_Cardiovascular_SOCERJ.pdf)

## ATENÇÃO HOSPITALAR - FARMÁCIA

### PROGRAMA

1. Política de medicamentos no Brasil. Saúde baseada em evidências.
2. Farmacocinética, Farmacodinâmica e Equivalência Terapêutica.
3. Ciclo de Assistência Farmacêutica e a Farmácia Hospitalar.
4. Farmacoterapia para o tratamento de problemas de saúde ligados as Doenças Infecciosas, Cardiovasculares, Diabetes Mellitus, Asma, DPOC, Hepatopatias e Nefropatias em pediatria, adulto, idoso e gestantes.
5. Tratamento de náuseas e vômitos em pacientes com câncer.
6. Manejo da neutropenia febril em pacientes com câncer;
7. Segurança no uso de medicamentos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Legislações brasileiras aplicáveis à farmácia hospitalar, medicamentos, produtos para a saúde e a pesquisa clínica.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. Brasília - 2013. Disponível em: [http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo\\_final\\_31\\_7\\_2015\\_pdf\\_30707.pdf](http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2013/55308/protocolo_final_31_7_2015_pdf_30707.pdf).
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo de Segurança na Prescrição, uso e Administração de Medicamentos. 2013. Disponível em: <http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/publicacoes/item/seguranca-na-prescricao-uso-e-administracao-de-medicamentos>
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia para o Manejo da Asma - 2012. Jornal Brasileiro de Pneumologia. 2012. Nov 1;32 (Suplemento 1):S1-S46.
5. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. 2016 MASCC and ESMO guideline update for the prevention of chemotherapy- and radiotherapy-induced nausea and vomiting and of nausea and vomiting in advanced cancer patients. 2016. Disponível em: <http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/MASCC-and-ESMO-Consensus-Guidelines-for-the-Prevention-of-Chemotherapy-and-Radiotherapy-Induced-Nausea-and-Vomiting>.
6. EUROPEAN SOCIETY FOR MEDICAL ONCOLOGY. Management of Febrile Neutropenia: ESMO Clinical Practice Guidelines. 2016. Disponível em: <http://www.esmo.org/Guidelines/Supportive-Care/Management-of-Febrile-Neutropenia>.
7. FUCHS, Flavio Danni . Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional - 4ª Ed. 2010.
8. GILBERT, David N.. Guia Sanford Para Terapia Antimicrobiana 2015. Ac Farmaceutica - Grupo Gen, 2015.
9. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
10. HANSHKOV, V. Pesquisa clínica no Brasil e responsabilidade ética: Um estudo das normas à luz da Bioética - Biodireito - Âmbito Jurídico.
11. HIGGINS, J.P.T.; Green, S. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions. Version 5.1.0 [updated March 2011]. ed: The Cochrane Collaboration, 2011.
12. KRINSKY DL et al. Handbook of nonprescription drugs: an interactive approach to self-care. 18. ed. Washington: American Pharmacists Association; 2014. 104 p.
13. MARGONATO, 2006. As atribuições do farmacêutico na política nacional de medicamentos. v.18, nº 3/4, Infarma 2006.
14. NAVARI, R.M.; 5-HT3 receptors as important mediators of nausea and vomiting due to chemotherapy. 2015. Biochimica et Biophysica Acta. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0005273615000991>
15. NISHIOKA, 2006. Regulação da Pesquisa Clínica no Brasil: Passado, Presente e Futuro. Disponível em: [http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo\\_ph\\_48\\_sergio\\_nishioka.pdf?script=s](http://www.anvisa.gov.br/medicamentos/pesquisa/artigos/artigo_ph_48_sergio_nishioka.pdf?script=s).
16. SIMAO, A.F, Prêcoma D.B, Andrade J.P, Correa Filho H, Saraiva J.F.K, Oliveira G.M.M. Sociedade Brasileira de Cardiologia. I Diretriz Brasileira de Prevenção Cardiovascular. Arq Bras Cardiol; 2013. p. 101 (6Supl.2): 1–63.
17. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol. São Paulo, Volume 107, Nº 3, 2016. ISSN-0066-782X
18. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. Arq Brás Cardiol 2017. Disponível em: [http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02\\_DIRETRIZ\\_DE\\_DISLIPIDEMIAS.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/02_DIRETRIZ_DE_DISLIPIDEMIAS.pdf)
19. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. VI Diretrizes de Monitoração Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA) e IV Diretrizes de Monitoração Residencial da Pressão Arterial (MRPA). Arq. Bras. Cardiol., São Paulo, v. 110, n. 5, Supl. 1, Maio 2018 . Disponível em: [http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2018/01\\_diretriz-mapa-e-mrpa.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2018/01_diretriz-mapa-e-mrpa.pdf)
20. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2017-2018. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>
21. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA. Diretriz Brasileira baseada em evidências sobre prevenção de doenças cardiovasculares em pacientes com diabetes: posicionamento da Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) e da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM). Arq Brás Cardiol 2017. Disponível em: [http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/04\\_DIRETRIZ\\_SBD\\_SBEM.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2017/04_DIRETRIZ_SBD_SBEM.pdf)
22. STORPIRTIS, S. et al. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Ed. Guanabara Koogan, 2008.
23. SUTTON, A.J.; Abrams, K.R.; Jones, D.R.; Sheldon, T.A.; Song, F. Methods for Meta-Analysis in Medical Research. Wiley: 2000. 317p.
24. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Medication Errors: Technical Series on Safer Primary Care. 2016. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/252274/1/9789241511643-eng.pdf?ua=1&ua=1> >.
25. WORLD HEALTH ORGANIZATION . Medication Without Harm. 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/255263/WHO-HIS-SDS-2017.6-eng.pdf;jsessionid=9F8FB0C9D7CCB2B272B3B2F263887E29?sequence=1>
26. Institute for Safe Medication Practices Canada. Deprescribing: Managing Medications to Reduce Polypharmacy. ISMP Canada Safety Bulletin. 2018;18(3):1-6. Disponível em: <https://www.ismp-canada.org/download/safetyBulletins/2018/ISMPSCSB2018-03-Deprescribing.pdf>

27. Scott IA, Hilmer SN, Reeve E, et al. Reducing Inappropriate Polypharmacy The Process of Deprescribing. *JAMA Intern Med.* 2015;175(5):827–834. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jamainternalmedicine/fullarticle/2204035> ou <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25798731>
28. Garfinkel, D., Ilhan, B., & Bahat, G. (2015). Routine deprescribing of chronic medications to combat polypharmacy. *Therapeutic Advances in Drug Safety.* 2015, Dec: 6(6), 212–233. Disponível em: [https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4667766/pdf/10.1177\\_2042098615613984.pdf](https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4667766/pdf/10.1177_2042098615613984.pdf)

### ATENÇÃO HOSPITALAR – FARMÁCIA BIOQUÍMICA

#### PROGRAMA

1. Legislação aplicada a laboratórios de análise clínicas.
2. Aspectos clínicos e Laboratoriais dos seguintes temas: Hematologia, Bacteriologia, Virologia, Parasitologia.
3. Micologia.
4. Bioquímica.
5. Sorologia.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BERG; J. M.; STRYER, L.; TYMOCZKO, J. L. **Bioquímica.** 7ª ed; Guanabara Koogan, 2014.
2. BURTIS, C.A et al. **Textbook of Clinical Chemistry and Molecular Diagnostics.** 5ªed.; Saunders, 2012.
3. GREER J.P et al. **Wintrobe's Clinical Hematology,** 13ªed. Lippincott Williams e Wilkins, 2014.
4. HOFFBRAND, A.V., PETTIT, J.E., MOSS, P.A.H. **Fundamentos em Hematologia.** 4. ed. Artmed, Porto Alegre, 2004.
5. JORGENSEN, J. H. et al. **Manual of Clinical Microbiology.** 11 ed. ASM press, Washington, DC, 2015.
6. KONEMAN, E.W. **Diagnóstico microbiológico: texto e atlas colorido.** 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
7. **MANUAL TÉCNICO PARA O DIAGNÓSTICO DA INFECÇÃO PELO HIV.** Ministério da Saúde. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.pncq.org.br/Qualinews/BR/Index/173>
8. NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger.** 6ª ed; Artmed, 2014.
9. NEVES, P. D. **Parasitologia Humana.** 11ª ed. São Paulo: Atheneu, 2004.
10. OPLUSTIL, C. P. et al. **Procedimentos básicos em Microbiologia Clínica.** 3 ed. Sarvier, São Paulo, 2010
11. **RESOLUÇÃO – RDC/ANVISA Nº. 302,** de 13 de outubro de 2005.
12. SANTOS, N. S. O; ROMANOS, M. T. V; WIGG, M.D. **Introdução a Virologia Humana.** 3ªed. Editora: Guanabara Koogan, 2015.

### ATENÇÃO HOSPITALAR - FISIOTERAPIA

#### PROGRAMA

1. Avaliação e tratamento multidimensional do adulto/idoso e pediátrico, em todos os níveis de complexidade.
2. Avaliação e tratamento fisioterapêutico nas unidades de internamento da neurologia, infectologia, ortopedia, neurocirurgia, clínica cirúrgica e clínica médica.
3. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em clínica pediátrica, cirurgia pediátrica, unidade de terapia intensiva neonatal e pediátrica, infectopediatria e emergência pediátrica.
4. Avaliação e tratamento fisioterapêutico em unidade de terapia intensiva adulto, clínica e cirúrgica, e centro de terapia semi-intensiva adulto.
5. Modalidades de ventilação mecânica.
6. Avaliação e tratamento fisioterapêutico do paciente com hemofilia e demais coagulopatias.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CASTILHO-WEINERT, L.V.; FORTI-BELLANI, C.D. **Fisioterapia em Neuropediatria.** Curitiba: Omnipax, 2011 (on line).
2. CORRÊA, C. L. **Paralisia facial periférica.** São Paulo: Phorte, 2011.
3. DIRETRIZES BRASILEIRAS DE VENTILAÇÃO MECÂNICA, AMIB, 2013.
4. DUTTON, M. **Fisioterapia ortopédica: exame, avaliação e intervenção.** Porto Alegre: Artmed, 2007.
5. FERREIRA, A. S. **Lesões nervosas periféricas: diagnóstico e tratamento.** São Paulo: Santos, 2006.
6. GREVE, J.M.D. **Tratado de medicina de reabilitação.** São Paulo: Roca, 2007.
7. GUCCIONE, A. A. **Fisioterapia geriátrica.** 2ªed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
8. ISRAEL,V.L.; BERTOLDI, A.L.S. **Deficiência físico-motora: interface entre educação especial e repertório funcional.** Curitiba: IBPEX, 2010.
9. KISNER C, COLBY LA. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas.** 5ª ed. São Paulo: Manole, 2009.
10. LONG, T. M; CINTAS, H. L. **Manual de Fisioterapia Pediátrica.** Rio de Janeiro: Revinter, 2001.
11. MACHADO. M.G.R. **Bases da fisioterapia respiratória: terapia intensiva e reabilitação.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
12. MAGEE, D. J. **Avaliação musculoesquelética.** 5ªed. São Paulo: Manole, 2010.
13. MOURA de, E. W; LIMA, E; BORGES, D; CAMPOS E SILVA, P. A. **Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da reabilitação.** 2ªed. São Paulo: Artes Médicas, 2010.
14. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (CIF)-São Paulo:** Editora da USP, 2003.
15. PACHECO, L. R. L; WOLFF, A. L. P. **Ortopedia e fisioterapia em hemofilia.** São Paulo: Manole, 2013.
16. PRADO, C; VALE, L. A. **Fisioterapia neonatal e pediátrica.** São Paulo: Manole, 2012.
17. REBELATTO, J. R., MORELLI, J. G. S. **Fisioterapia geriátrica: a prática da assistência ao idoso.** São Paulo: Manole, 2004.

18. SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 3ed. Barueri: Manole, 2010.
19. SARMENTO, G. J. V. **Princípios e práticas de ventilação mecânica**. São Paulo: Manole, 2010.

### ATENÇÃO HOSPITALAR - NUTRIÇÃO

#### PROGRAMA

Nutrição: Digestão e Absorção de Nutrientes, Diagnóstico e Avaliação Nutricional; terapia nutricional em: Hipertensão Arterial Sistêmica; Dislipidemia; Doença Arterial Coronária Crônica; Insuficiência Cardíaca; Obesidade e Síndrome Metabólica; Diabetes Mellitus; Distúrbios Motores do Esôfago; Doença do Refluxo Gastro-Esofageano; tratamento das Doenças do Estômago; Pancreatite; Diarréias; Doença Celíaca; Doenças inflamatórias intestinais; Constipação Intestinal; Síndrome do Intestino Irritável; Doença Diverticular dos Cólon; Distúrbios Gastrointestinais no Idoso; Doenças Hepáticas; Anemias; Doença Cérebro Vascular; Doenças Renais; Cirurgias do Sistema Digestivo; Cuidados Nutricionais no Câncer e Transplante de Medula Óssea; Cuidados Nutricionais nas doenças infectocontagiosas; erros inatos do metabolismo, alergias e intolerâncias alimentares e assistência nutricional em condições psiquiátricas, Terapia Nutricional Enteral e Parenteral; Terapia Nutricional no Paciente Crítico.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. / Instituto Nacional de Câncer. 2 ° Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2015
2. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica. Volume II / Instituto Nacional de Câncer. 2 ° Ed: Rio de Janeiro: INCA, 2016
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico. Instituto Nacional de Câncer. Rio de Janeiro: INCA, 2014
4. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf>
5. FIDELIX MSP Manual Orientativo do Cuidado de Nutrição. Associação Brasileira de Nutrição, 2014 disponível em: <http://www.asbran.org.br/noticias.php?dsid=1265>
6. MAHAN, L.K. Escott-Stump, S. Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia. 13° Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013
7. SHILLS M. SHIKE, M, ROSS A. C. et al. Tratado de nutrição moderna na saúde e na doença. 09 ed. Barueri: Manole, 2009.
8. Sociedade Brasileira de Cardiologia ATUALIZAÇÃO DA DIRETRIZ BRASILEIRA DE DISLIPIDEMIAS E PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE – 2017 Volume 109, Nº 2, Supl. 1, Agosto 2017. file:///C:/Users/NUTRICA0/Downloads/02\_DIRETRIZ\_DE\_DISLIPIDEMIAS%202017.pdf
9. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA VII Diretriz Brasileira de Hipertensão, Arq Bras Cardiol. 2016;107(n. 7 supl.3)[http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf)
10. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre consumo de gorduras e saúde cardiovascular. Arq Bras Cardiol. 2013;100(1supl.3). [http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz\\_Gordura.asp](http://publicacoes.cardiol.br/consenso/2013/Diretriz_Gordura.asp)
11. SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL. Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. BRASPEN J. 2018; 33 (Supl 1): 2-36.

### ATENÇÃO HOSPITALAR - ODONTOLOGIA

#### PROGRAMA

1. Estomatologia.
2. Manifestações bucais de doenças sistêmicas.
3. Manejo odontológico do paciente oncológico.
4. Manejo odontológico do paciente com discrasias sanguíneas.
5. Assistência odontológica no pré, trans e pós transplante de medula óssea e quimioterapia antineoplásica.
6. Câncer Bucal e da região de cabeça e pescoço.
7. Neoplasias hematológicas.
8. Falência medular.
9. Exame hematológicos.
10. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, Protocolos de referência e contrarreferência em saúde bucal, Telessaúde.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAWSON, R.A.; ODELL, E.W. Cawsons – Fundamentos Básicos de Patologia e Medicina Oral, 8ª.ed., Santos Editora, 2013.
2. LITTLE, J.W.; FALACE, D.A.; MILLER, C.S.; RHODUS, N.L. Manejo Odontológico do Paciente Clinicamente Comprometido. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
3. MARCUCCI G. Fundamentos de Odontologia: Estomatologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
4. NEVILLE, B.; BOUQUOT, J.E.; DAMM, D.D.; ALLEN, C.M. Patologia Oral e Maxilofacial, 3ª.ed., Elsevier/Medicina Nancional, Rio de Janeiro, 2009.

### ATENÇÃO HOSPITALAR - PSICOLOGIA

#### PROGRAMA

1. Psicologia Hospitalar.
2. Psicanálise.
3. Ética Profissional.
4. Pesquisa em Psicologia.
5. Psico-Oncologia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAÚJO, A.C. L. N., F. A Nova Classificação Americana Para os Transtornos Mentais – o DSM-5. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva 2014, Vol. XVI, no. 1, 67 - 82
2. BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Seção 1, n. 112, p. 59-62.
3. BRASIL, Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 mai. 2016. Seção 1.
4. CAMPOS, F. C. B., GUARIDO, E. L. O psicólogo no SUS: suas práticas e as necessidades de quem o procura (p. 81-103). In: SPINK, M. J. P. (Org.). A psicologia em diálogo com o SUS- prática profissional e produção acadêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
5. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2015. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
6. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Manual de Psicologia Hospitalar. Cadernos de Psicologia Hospitalar CRP 08. Coletânea Coleção Psi - Série Técnica – CRP08. Disponível em: [crprp.org.br/cadernos-tematicos/](http://crprp.org.br/cadernos-tematicos/)
7. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Resolução CRP nº 005/2007. Institui as normas para preenchimento de prontuários pelos psicólogos dos serviços de saúde. Disponível em: [http://www.portal.crppr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao\\_crp\\_2007\\_005.pdf](http://www.portal.crppr.org.br/editor/file/legislacao/resolucao_crp_2007_005.pdf).
8. FREUD, S. Além do princípio do prazer. In: Obras Completas. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987. Capítulos 1, 2 e 3.
9. FREUD, S. A Dinâmica da Transferência. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
10. FREUD, S. Inibições, sintomas e ansiedade. Obras completas. Vol. XX. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
11. FREUD, S. Luto e Melancolia. Obras completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
12. FREUD, S. O caminho da formação dos sintomas. Conferência XXIII. Obras completas. Vol. XVI. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
13. FREUD, S. O inconsciente. In: Obras Completas. Vol. XIV. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
14. FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
15. FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
16. FREUD, S. Sobre o Início do Tratamento. In: Obras completas. Vol. XII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
17. FREUD, S. Tratamento psíquico ( ou mental). In: Obras completas. Vol. VII. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1987.
18. KITAJIMA, K (Org.). Psicologia em Unidade de Terapia Intensiva: critérios e rotinas de atendimento. 1 ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2014.
19. LOPES, R.M.F. Wendt, G. Rathke, S.M. Senden, D. Silva, R. Argimon, I. Reflexões Teóricas E Práticas Sobre A Interpretação Da Escala De Inteligência Wechsler Para Adultos. Acta Colombiana de Psicología 15 (2): 109-118, 2012
20. MADUREIRA, A.F. A.I e BRANCO, A. U. A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. Temas psicol.[online]. 2001, vol.9, n.1, pp. 63-75. ISSN 1413-389X.
21. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos de atenção básica. Número 34. Saúde mental. Parte I, capítulo 1 e 2; parte III, capítulo 6. Disponível em: [bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_34\\_saude\\_mental.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_34_saude_mental.pdf)
22. MORETTO, M. L. T. e PRISZKULNIK, L. Sobre a inserção e o lugar do psicanalista na equipe de saúde. *Tempo psicanal.* [online]. 2014, vol.46, n.2 [citado 2018-08-15], pp. 287-298. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382014000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200007&lng=pt&nrm=iso). ISSN 2316-6576
23. MOURA, M.D. (organizadora). Oncologia: Clínica do limite terapêutico? Psicanálise e Medicina. Artesan Editora, Belo Horizonte, 2013.
24. MOURA, M.D. (organizadora). Psicanálise e Hospital. (Caps. 1, 2, 9 e 10) 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
25. NASIO, J.D. Como agir com um adolescente difícil? Rio de Janeiro. Zahar, 2011.
26. Revisão ética na pesquisa em ciências humanas e sociais. *Educ. Soc.* [online]. 2015, vol.36, n.133 [cited 2018-08-15], pp.857-863. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302015000400857&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000400857&lng=en&nrm=iso). ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302015v36n133ED>.
27. SPITZ, R.A. O primeiro ano de vida. Caps 3,5,13 e 14. Martins Fontes; 1979.
28. WAGNER, F. T, C. M. Estratégias de avaliação rápida da inteligência através das Escalas Wechsler. Revista Neuropsicologia Latinoamericana. Vol 2. No. 1. 2010, 47-54.
29. YATES, D. T., C. TOSI, S. CORRÊA, S. POGGGERE, L. VALLI, F. Apresentação Da Escala De Inteligência Wechsler Abreviada (Wasi). Avaliação Psicológica, 2006, 5(2), pp.227-233.
30. ZANELLA, L. C. H. Metodologia de pesquisa – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC, 2013.

## ATENÇÃO HOSPITALAR – SERVIÇO SOCIAL

### PROGRAMA

1. Ética e regulamentação profissional.
2. Fundamentos e produção do conhecimento do Serviço Social.
3. Serviço Social e Saúde.
4. Políticas Sociais.

5. Sistema Único de Saúde – SUS.
6. Política de Saúde.
7. Residências Multiprofissionais em Saúde.
8. Gestão e Controle Social na Saúde.
9. Violência.
10. Direitos Humanos e Sociais.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky de; BRAVO, Maria Inês de Souza. Privatização da gestão e organizações sociais na atenção à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 3, p. 499-518, set./dez. 2014.
2. AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer de; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. **Saúde e Sociedade**, Set 2008, vol.17, no.3, p.101-112. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v17n3/11.pdf>
3. BARROCO, Maria Lucia Silva & TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (organizador). São Paulo; Cortez, 2012.
4. BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm)
5. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm)
6. BRASIL. **Lei 8.662, de 07 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm)
7. BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2011. Disponível em: <http://www.use.ufscar.br/direitos-e-deveres-dos-usuarios/carta-direitos-usuarios>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Humaniza SUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus\\_gestores\\_trabalhadores\\_sus\\_4ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizausus_gestores_trabalhadores_sus_4ed.pdf)
10. CLOSS, Thaísa Teixeira. Inserção do Serviço Social nas residências multiprofissionais em atenção básica. In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação: a excelência na formação do assistente social** [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012. (p. 34-62). Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0192-6.pdf>
11. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de Ética do Assistente Social. **Resolução CFESS n. 594 de 21 de janeiro de 2011**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)
12. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução n. 383 de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social como profissional da saúde. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_383\\_99.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_383_99.pdf)
13. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS/CRESS, 2010. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf)
14. COSTA, Ana Maria; VIEIRA, Natália Aurélio. Participação e controle social em saúde. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: organização e gestão do sistema de saúde** [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 3. pp. 237-271. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/98kpw/pdf/noronha-9788581100173-08.pdf>
15. IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Capítulo II, itens 2 e 3; Capítulo III, itens 1, 2, 3; Capítulo IV, item 2 e 2.1).
16. MENDES, Jussara Maria Rosa e ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social Sociedade** [online]. 2014, n. 120, (p. 640-661). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/03.pdf>
17. NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Regina Célia Tamaso Miotto. Sistematização, Planejamento e Avaliação das Ações dos Assistentes Sociais em Saúde: Formação e Trabalho Profissional Sociais no Campo da Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: [http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico\\_social\\_saude/sumario.htm](http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/sumario.htm)
18. SOUZA FILHO, Rodrigo de. Fundo Público e Políticas Sociais. **Serviço Social e Sociedade**. n. 126, São Paulo, mai/ago 2016. (p. 318-339). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n126/0101-6628-sssoc-126-0318.pdf>
19. VARGAS, Tatiane Moreira de; BELLINI, Maria Isabel Barros. Serviço social e educação na saúde: considerações sobre a inserção do serviço social nos programas de residência multiprofissional em saúde In: BELLINI, Maria Isabel Barros; CLOSS, Thaísa Teixeira (orgs.). **Serviço social, residência multiprofissional e pós-graduação: a excelência na formação do assistente social** [recurso eletrônico] Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EdIPUCRS, 2012. (p. 63-77).

#### ATENÇÃO HOSPITALAR – TERAPIA OCUPACIONAL

##### PROGRAMA

1. O adolescente, o adulto e idoso, sua família e a hospitalização.

2. As transformações do cotidiano e reações psicossociais aos processos de adoecimento e hospitalização.
3. Prevenção de infecção hospitalar e segurança do paciente.
4. Equipe multiprofissional em contextos Hospitalares.
5. Morte, Luto e Perdas.
6. Cuidados Paliativos.
7. A Atuação do Terapeuta Ocupacional em Contexto Hospitalar nas Condições Clínicas Predominantes nas Áreas de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Hematologia, Infectologia, Neurologia e Oncologia e Saúde da Mulher, Interconsulta de Terapia Ocupacional.
8. Programas de Humanização e Terapia Ocupacional.
9. Fundamentos da Terapia Ocupacional.
10. Modelos e Abordagens da Terapia Ocupacional.
11. Métodos e Técnicas de Avaliação.
12. Atividades e Recursos Terapêuticos em Terapia Ocupacional.
13. Ética e Regulamentação Profissional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AOTA. Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª ed. Occupational therapy practice framework: Domain and process- (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui;. (versão original: *American Journal of Occupational Therapy*, 68(Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>). Rev Ter Ocup USP [Internet]. 2015 [acesso em 2015 ago 2] jan.-abr; 26(ed. esp.):1-49. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/issue/download/7332/287>>.
2. Botega, N.J. (Org.). Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.cap. 2, 3, 4,13,14,15,18,19, 21, 22, 23, 24, 25, 26,31, 32.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: a humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Brasília: Ministério da saúde, 2004 (Série B. Textos Básicos de Saúde) [acesso em 27 jul 2015]; disponível em: <[http://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Humanizasus\\_2004.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/Humanizasus_2004.pdf)>.
4. Cavalcanti, A.; Galvão, C., organizadoras. Terapia Ocupacional – Fundamentação & Prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007, cap. 5,6, 9,10, 12, 39, 43, 44, 45,46, 47, 48, 51, 55, 56.
5. Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Resolução nº425, De 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. (D.O.U.nº 147, Seção 1 de 01 ago 2013. [Internet]. [Acesso em 2015 jul 28]. Disponível em: <<http://www.coffito.org.br>>.
6. De Carlo, M. M. R. P.; Bartalotti, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas. 3. ed, São Paulo: Plexus, 2001.
7. De Carlo, M. M. R. P.; Kudo, A. M.. Terapia Ocupacional em contextos hospitalares e cuidados paliativos. São Paulo: Payá, 2018.
8. De Carlo, M. M. R. P.; Luzo, M. C. M. Terapia Ocupacional: Reabilitação Física e Contextos Hospitalares. São Paulo: Roca, 2004, cap. 1, 4, 5, 6, 10, 12, 13.
9. De Carlo, M. M. R. P.; Queiroz, M. E. G. Dor e Cuidados Paliativos: Terapia Ocupacional e Interdisciplinaridade. São Paulo: Roca, 2008.
10. Galheigo, S. M. Terapia ocupacional, a produção do cuidado em saúde e o lugar do hospital: reflexões sobre a constituição de um campo de saber e prática. Rev Ter. Ocup USP [Internet] . 2008 jan./abr [acesso em 2015 jul 28] 19(1): p. 20-28.
11. Hagedorn, R. Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: uma abordagem estruturada aos conhecimentos e processos centrais. Tradução por Melissa Ticko Muramoto. São Paulo: Roca, 2007, cap. 2, 11, 13, 14, 15.
12. Hagedorn, R. Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional. Trad. José Batista. rev. técnica Selma Lacman. São Paulo: Dynamis, 1999. cap. 5, 10.
13. Neistadt, M.; Crepeau, E. B. Willard & Spackman - Terapia Ocupacional. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002, cap. 19, 35, 39.
14. Othero, M. B. (Org.). Terapia Ocupacional – Práticas em Oncologia. São Paulo: Roca, 2010, cap. 1, 2, 3, 4, 5, 13, 19.
15. Pedretti, L. W.; Early, M. B. Terapia Ocupacional: Capacidades Práticas para as Disfunções Físicas. São Paulo: Roca, 2005.
16. Trombly, A. C.; Radomski, M. V. Terapia Ocupacional para Disfunções Físicas. 5. ed. São Paulo: Santos, 2005, cap., 11, 30, 32, 38, 40, 44, 47.

#### SAÚDE DA FAMÍLIA - ENFERMAGEM

##### PROGRAMA

1. Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.
2. Atenção à Saúde da Mulher.
3. Atenção à Saúde do Adulto.
4. Atenção à Saúde do Idoso.
5. Atenção em Saúde Mental.
6. Ética e Bioética aplicada à Enfermagem.
7. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
8. Normas e Práticas de Biossegurança.
9. Segurança do paciente. Procedimentos de Enfermagem.
10. Intervenções Básicas em Urgência e Emergências.
11. Processo de Enfermagem.
12. Vigilância à Saúde.
13. Processo de trabalho na Atenção Básica.
14. Vigilância Sanitária. Vigilância Epidemiológica.

15. Programa Nacional de Imunização e Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
16. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
17. Gerenciamento de Enfermagem.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. 7ª DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL Disponível em: [http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05\\_HIPERTENSAO\\_ARTERIAL.pdf](http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf)
2. BRASIL. **Lei Maria da Penha: Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 34 p. – (Série ação parlamentar; n. 422). Disponível em: <http://adcon.m.gov.br/ACERVO/spmrm/DOC/DOC00000000076385.PDF>
3. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: [http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro\\_5.pdf](http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_5.pdf)
4. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 2. Brasília: CONASS, 2011. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Disponível em: [http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro\\_6.pdf](http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/colecao2011/livro_6.pdf)
5. BRASIL. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10741/03 | Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98301/estatuto-do-idoso-lei-10741-03>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **ATENÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA SEXUAL – Saúde da Mulher**. Disponível em: [http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203\\_13\\_04\\_16.pdf](http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf)
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_psicossocial\\_crianças\\_adolescentes\\_sus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf)
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante** 3ª edição Brasília – DF 2016 Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/Carta5.pdf>
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento\\_referencia\\_programa\\_nacional\\_seguranca.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf)
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Nota Informativa nº 384, de 26/12/2016 – CGPNI/DVDT/SVS/MS. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, nº 39). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo\\_apoio\\_saude\\_familia\\_cab39.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf)
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: [http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria\\_2528.pdf](http://www.saude.mg.gov.br/images/documentos/Portaria_2528.pdf)
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cademo\\_34.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/cademo_34.pdf)
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf)
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controlo\\_canceres\\_colo\\_uterio\\_2013.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controlo_canceres_colo_uterio_2013.pdf)
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_humanizada.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada.pdf)
18. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018 / Organização José Egídio Paulo de Oliveira, Renan Magalhães Montenegro Junior, Sérgio Vencio. -- São Paulo: Editora Clannad, 2017
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS - a Rede Cegonha. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html)
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_doenca\\_cronica\\_diabetes\\_mellitus.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf)
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. Disponível em [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento\\_saude\\_pessoa\\_idosa\\_n19.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf)
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_pessoa\\_doenca\\_cronica.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf)
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Doenças respiratórias crônicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas\\_respiratorias\\_cronicas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_respiratorias_cronicas.pdf)
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, nº. 33). Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_crianca\\_crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf)
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2.

- ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude\\_crianca\\_aleitamento\\_materno\\_cab23.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf)
26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt\\_366915019.pdf](http://www5.ensp.fiocruz.br/biblioteca/dados/txt_366915019.pdf)
  27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 212 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 38). Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_doenca\\_cronica\\_obesidade\\_cab38.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_obesidade_cab38.pdf)
  28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias\\_cuidado\\_pessoa\\_doenca\\_cronica\\_cab35.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf)
  29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde: saúde da família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_estrutura\\_ubs.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf)
  30. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.: il. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2018/07/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-Integral-%C3%A0-Sa%C3%BAde-da-Crian%C3%A7a-PNAISC-Vers%C3%A3o-Eletr%C3%B4nica.pdf>
  31. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática– Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha\\_cuidado\\_atencao\\_pessoas\\_transtorno.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf)
  32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_procedimentos\\_vacinacao.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf)
  33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual\\_vigilancia\\_epidemiologica\\_eventos\\_adversos\\_pos\\_vacinacao.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf)
  34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. NOTA INFORMATIVA E RECOMENDAÇÕES SOBRE A SAZONALIDADE DA INFLUENZA 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/414-secretaria-svs/vigilancia-de-a-a-z/influenza/22873-informacoes-sobre-gripe>
  35. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional>
  36. BRASIL. RESOLUÇÃO - RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036\\_25\\_07\\_2013.html](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html)
  37. Calendário Nacional de Vacinação 2018 Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/julho/11/Calendario-de-Vacinacao-2018.pdf>
  38. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - DECRETO N 94.406/87 Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687\\_4173.html](http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html)
  39. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Como+posso+contribuir+para+aumentar+a+seguran%C3%A7a+do+paciente/52efbd76-b692-4b0e-8b70-6567e532a716>.
  40. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Lei nº. 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, 1986. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html)
  41. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358/2009. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html)
  42. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN Nº 554/2017. Estabelece os critérios norteadores das práticas de uso e de comportamento dos profissionais de enfermagem, nos meios de comunicação de massa: na mídia impressa, em peças publicitárias, de mobiliário urbano e nas mídias sociais. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05542017\\_53838.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05542017_53838.html)
  43. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN-564/2017, aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2017. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017\\_59145.html](http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html)
  44. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. RESOLUÇÃO COFEN-311/2007, aprova a Reformulação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, 2007. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf)
  45. Conselho Federal de Medicina. Suicídio: informando para prevenir. Brasília, 2014 Disponível em: [http://www.flip3d.com.br/web/temp\\_site/edicao-0e4a2c65bdadd66a53422d93daebe68.pdf](http://www.flip3d.com.br/web/temp_site/edicao-0e4a2c65bdadd66a53422d93daebe68.pdf)
  46. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes: 2014-2015/ Sociedade Brasileira de Diabetes; [organização José Egídio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2015. Disponível em: <http://www.diabetes.org.br/images/2015/area-restrita/diretrizes-sbd-2015.pdf>
  47. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

48. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. (INCA). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho. Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes\\_vigilancia\\_cancer\\_trabalho.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf)
49. KURCGANT, Paulina (coord.) et al. Gerenciamento em Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 3ª ed. 2016.
50. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil, 2011-2022 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2011 [citado 2012 jun 17]. Disponível em: [http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano\\_acoes\\_enfrent\\_dcnt\\_2011.pdf](http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf)
51. OGUISSO, T; SCHMIT, M. J. O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal. São Paulo: LTR, 2011.
52. POTTER, P.A; PERRY, A. G. Fundamentos de Enfermagem. 8.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
53. SÃO PAULO. Risco biológico, biossegurança: recomendações gerais / Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Atenção Básica. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS. Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA – São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/manual\\_biosseguranca\\_ubs\\_1254775051.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/manual_biosseguranca_ubs_1254775051.pdf)
54. WILKINSON, J.M; LEUVEN, K. Fundamentos de Enfermagem. São Paulo. Editora Rocca, 2010.

## SAÚDE DA FAMÍLIA - FARMÁCIA

### PROGRAMA

1. Assistência Farmacêutica.
2. Atenção farmacêutica.
3. Acompanhamento farmacoterapêutico.
4. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
5. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central e DSTs.
6. Cálculos farmacêuticos.
7. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
8. Farmacovigilância.
9. Farmacoeconomia.
10. Farmacoepidemiologia.
11. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.
12. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, ML. Epidemiologia & Saúde. Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
2. ANSEL, H.C.; POPOVICH, N; ALLEN, L.V.J. Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
3. ANSEL, H. C., STOKLOSA, M.J. Cálculos **farmacêuticos**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
4. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. Epidemiologia básica. OMS 2006. 2 ed. São Paulo: Santos, 2010.
5. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 44 de 17 de agosto de 2009.
6. BRASIL. ANVISA. Resolução RDC n. 67, de 08 de outubro de 2007 e alterações.
7. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência farmacêutica no SUS. Brasília: CONASS, 2011.
8. BRASIL. Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999. Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional da Assistência Farmacêutica Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 204, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº. 344 de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. E suas alterações e atualizações.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. HIV/AIDS, hepatites e outras DST. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS: orientações básicas. Brasília, 2006.

18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de medicamentos 2001/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, nº 25).
21. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. Preceptor's handbook for pharmacists. Bethesda: ASHP, 2009.
22. FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5. ed. Brasília: ANVISA, 2010.
23. FARMACOPEIA HOMEOPÁTICA BRASILEIRA. 3.ed. Brasília: ANVISA, 2011.
24. FERREIRA, AO. Guia prático da farmácia magistral. 3 ed. Volume 1. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
25. FONTES, O.L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M.V.; TEIXEIRA, M.Z.; KISHI, M.A.; AMORIM, V.O. Farmácia homeopática teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
26. FORMULÁRIO Nacional. 2 ed. Brasília: ANVISA, 2011.
27. GENNARO, A.R. Remington – a ciência e a prática da farmácia. 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
28. HARDMAN, J.G.; LIMBIRD, L.E. Goodman & Gilman As Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11. ed. McGraw Hill, 2006.
29. IVAMA, AM; NOBLAT, L; CASTRO, MS; OLIVEIRA, NVBV; JARAMILLO, NM; RECH, N. Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica: proposta. Brasília, 2002.
30. OLIVEIRA, A.B. Ensino e **assistência farmacêutica**: a função social e política do farmacêutico como agente de saúde de São Luís: EDUFMA, 1993.
31. OLIVEIRA, J.E.P; VENCIO, S. (Org.) Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2015-2016. São Paulo: AC Farmacêutica, 2016.
32. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. A Importância Farmacovigilância: monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
33. POLACOW, M; MENEGASSO, PE; RIZZI, RCD. Serviços Farmacêuticos. Projeto Farmácia Estabelecimento de Saúde, Fascículo 3. CRF-SP; OPAS, 2010.
34. RANG, H.P. *et al.* Farmacologia. 6. ed. Elsevier, 2007.
35. SILVA, P. Farmacologia. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
36. SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 7, n. 3, Setembro 2016.
37. UFSC. UNA-SUS. Gestão da Assistência Farmacêutica. Módulo 3 – Políticas de Saúde e Acesso ao Medicamento. 2011.

## SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

### PROGRAMA

1. Saúde Única, políticas públicas voltadas à medicina veterinária e saúde ambiental, atuação do médico veterinário na vigilância em saúde e no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).
2. Vigilância e prevenção das zoonoses de importância em saúde pública.
3. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
4. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
5. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
6. Vigilância sanitária de alimentos.
7. Microbiologia de alimentos.
8. Doenças transmitidas por alimentos.
9. Investigação de surtos de doenças transmitidas por alimentos.
10. Segurança dos alimentos.
11. Boas práticas de fabricação.
12. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN VETERINARY MEDICAL ASSOCIATION. **One Health**: a new professional imperative. 2008.
2. ANVISA. Resolução RDC n. 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. 16 de setembro de 2004.
3. ANVISA. Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados e a lista de verificação de boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/ industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. 23 de outubro de 2002b.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 4. ed. Brasília: Fundação Nacional de Saúde: Funasa, 2015. 642 p.
5. BRASIL. Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Diário Oficial da União**. 03 de agosto de 2010.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Obs: a Resolução RDC da ANVISA Nº 306, de 7 de dezembro de 2004, citada no Manual, foi revogada na Resolução/ANVISA - RDC Nº 222/2018.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução Da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. DOU nº 61, de 29 de março de 2018.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias**: Guia de bolso. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasil. Ministério da Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 158 p.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais**. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria De Consolidação - PRC Nº 5, de 28 de setembro de 2017. Consolida as normas sobre as ações e os serviços dessa saúde do SUS. Anexo XX, do controle e da vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade (origem PRT MS/GM 2914/2011). **Diário Oficial da União**. DOU nº 190, de 3 de outubro de 2017.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p.
15. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Normas Regulamentadoras**. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras>
16. BRASIL. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). **Diário Oficial da União**. 24 de outubro de 2011.
17. COSTA, E. A. (org.). **Vigilância Sanitária**: temas para debate. Salvador: EDUFBA, 2009. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
18. ELEMENTOS de apoio para o Sistema APPCC. (Série Qualidade e Segurança Alimentar). Projeto APPCC Indústria. Convênio CNI/SENAI/SEBRAE. 2. ed. Brasília, SENAI/DN, 2000.
19. FORSYTHE, S. J. **Microbiologia da segurança dos alimentos**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
20. FRANCO, B. D. G. de M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. Colaboradora Maria Tereza Destro/- São Paulo: Editora Atheneu, 2003.
21. PARANÁ. RESOLUÇÃO SESA N. 374/2015. Dispõe sobre Norma Técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências. **DOE nº 9546, de 30/09/15**.
22. PARANÁ. Secretaria Estadual de Saúde. **Manual de rotulagem para alimentos embalados**. Disponível em: [http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL\\_ROTULAGEM\\_abri08.pdf](http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/vigilancia%20sanitaria/MANUAL_ROTULAGEM_abri08.pdf)
23. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em Saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
24. OPAS. Instituto Pan Americanos de Proteção de Alimentos (INPPAZ). Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). HACCP: Instrumento essencial para a inocuidade dos alimentos. 2003.

## SAÚDE DA FAMÍLIA - ODONTOLOGIA

### PROGRAMA

1. Educação em Saúde Bucal por Ciclos de Vida.
2. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
3. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
4. Modelos Assistenciais em Odontologia; Política Nacional de Saúde Bucal.
5. Fundamentos de Epidemiologia em Saúde Bucal: conceitos e índices epidemiológicos.
6. Epidemiologia das doenças bucais: análise dos levantamentos epidemiológicos em saúde bucal.
7. Vigilância em Saúde Bucal.
8. Princípios de Cariologia.
9. Métodos e Estratégias para o Controle do Biofilme Dental.
10. Estratégias de Intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
11. Uso de Fluoretos em Saúde Bucal.
12. Avaliação de Risco Social e Biológico para as Doenças Bucais.
13. Planejamento e Programação em Saúde Bucal.
14. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
15. Avaliação e Gestão em Saúde Bucal.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Epidemiologia da Saúde Bucal**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
2. AERTS, D.; ABEGG, C.; CESA, K. O papel do cirurgião-dentista no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9. n. 1, p. 131-138. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n1/19830.pdf>
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de atenção básica**: Saúde Bucal. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, no. 17).
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório odontário**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, no. 24).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto **SB Brasil 2010**: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal – Resultados Principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acesso e Qualidade Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Centros de Especialidades Odontológicas (PMAQ-CEO)**: Manual Instrutivo. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção. Brasília: 2013. 290 p. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, Volume II)
15. BUFFON, M. C. M. (Org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
16. CHEACHIRE, L. A.; CORTELLAZZI, K. L.; VAZQUEZ, F. L.; PEREIRA, A. C.; MENEHIM, M. C.; MIALHE, F. L. Associação entre Risco Social Familiar e Risco à Cárie Dentária e Doença Periodontal em Adultos na ESF. **Pesq Bras Odontoped Clin Integr**, v. 13, n. 1, p.101-110, 2013. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/pboci/article/viewFile/1457/952>
17. GENIOLE L. A. I.; KODJAOGLANIAN V. L.; V.C. C.A.; LACERDA V. R. Saúde bucal por ciclos de vida. Campo Grande, MS: Ed. UFMS: Fiocruz Unidade Cerrado Pantanal, 2011.191 p.
18. GOES, P. S. A. **Gestão da Prática em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
19. GÓES, P. S. A., MOYSÉS, S. J. (Orgs). **Planejamento, Gestão e Avaliação em Saúde Bucal**. São Paulo: Artes Médicas, 2012.
20. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014**: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
21. KRIGER, L. **Promoção de saúde bucal**: paradigma, ciência, humanização. São Paulo, Ed. Artes Médicas, ABOPREV, 2003
22. MOYSÉS, S. J. **Saúde coletiva**: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. São Paulo: Artes Médicas, 2013.
23. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
24. PEREIRA, A.C. **Odontologia em saúde coletiva**: planejando ações e promovendo saúde. Porto Alegre, Ed. Artmed, 2003.
25. PERES, Karen Glazer et al. Aspectos sociodemográficos e clínicos da qualidade de vida relacionada à saúde bucal em adolescentes. *Rev. Saúde Pública* [online], v.47, suppl.3, p.19-28, 2013.
26. PINTO, V. G. **Saúde bucal coletiva**. 5. ed, São Paulo, Ed. Santos, 2008.

## SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

### PROGRAMA

1. Fundamentos Históricos, Filosóficos e Epistemológicos da Terapia Ocupacional.
2. Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional.
3. Processo de Terapia Ocupacional.
4. TEORIAS, Modelos e Abordagens em Terapia Ocupacional.
5. Processos de Mudança em Terapia Ocupacional.
6. ATIVIDADES E RECURSOS TERAPÊUTICOS EM TERAPIA OCUPACIONAL
7. Análise de Atividade em Terapia Ocupacional.
8. Abordagens Grupais em Terapia Ocupacional.
9. ATENÇÃO DOMICILIAR E TERAPIA OCUPACIONAL.
10. REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
11. Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).
12. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
13. Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.
14. Programa de Saúde na Escola.
15. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Histórico, Práticas Integrativas e Legislação.
16. Atenção Básica à Saúde/Atenção Primária à Saúde e Terapia Ocupacional
17. Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) e Terapia Ocupacional.
18. Terapia Ocupacional em comunidade e territórios.
19. Resoluções do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO).
20. Classificação Brasileira de Ocupações: Relatório da Família Ocupacional 2239 -Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas.
21. Formação Profissional e Pesquisa em Terapia Ocupacional.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3.ª Edição. Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). Tradução de: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui (versão original: AOTA. American Occupational Therapy Association (2014). Occupational therapy practice framework: Domain and process (3rd ed.). American Journal of Occupational Therapy, 68(Suppl.1), S1–S48.<http://dx.doi.org/10.5014/ajot.2014.682006>. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**; jan.-abr. 2015;26(ed. esp.):1-49.

2. BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO CNE/CES 6, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>
3. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria Nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Disponível em [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2010/prt4279\\_30\\_12\\_2010.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html) , e seu Anexo Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2010/anexos/anexos\\_prt4279\\_30\\_12\\_2010.pdf](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf)
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html)
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2012/prt0793\\_24\\_04\\_2012.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html)
6. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 483, de 1º de abril de 2014. Redefine a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2014/prt0483\\_01\\_04\\_2014.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2014/prt0483_01_04_2014.html).
7. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Ministério da Saúde e da Educação publicam nova Portaria do Programa Saúde na Escola. Disponível em: <http://dab.sau.gov.br/portaldab/noticias.php?conteudo=&cod=2349> e <http://portal.arquivos.sau.gov.br/imagens/pdf/2017/abril/25/25-04-17-Coletiva-Programa-Saude-na-Escola.pdf>
8. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. Disponível em: [http://dab.sau.gov.br/portaldab/ape\\_pic.php?conteudo=historico](http://dab.sau.gov.br/portaldab/ape_pic.php?conteudo=historico); [http://dab.sau.gov.br/portaldab/ape\\_pic.php?conteudo=praticas\\_integrativas](http://dab.sau.gov.br/portaldab/ape_pic.php?conteudo=praticas_integrativas); e <http://dab.sau.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=legislacoes/pnpics>
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria Nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)
10. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. GABINETE DO MINISTRO. Portaria Nº 963, de 27 de maio de 2013. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível: [http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2013/prt0963\\_27\\_05\\_2013.html](http://bvsm.sau.gov.br/bvs/sau/legis/gm/2013/prt0963_27_05_2013.html)
11. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
12. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. Núcleo de Apoio à Saúde da Família / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, n. 39)
13. CABRAL, L.R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>
14. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL Decreto LEI n. 938 – de 13 de outubro de 1969. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3397](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3397)
15. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL Resolução Nº. 81, de 9 de maio de 1987. Baixa Atos Complementares à Resolução COFFITO-8, relativa ao exercício profissional do TERAPEUTA OCUPACIONAL, e à Resolução COFFITO-37, relativa ao registro de empresas nos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=2839>
16. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO). Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO2007. Disponível em: [https://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=3404](https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404)
17. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO COFFITO Nº 407 de 18 de agosto de 2011. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>
18. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 415 de 19 de maio de 2012. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional, da guarda e do seu descarte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3178>
19. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução COFFITO nº 425, de 08 de julho de 2013. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.org.br/site/index.php/terapia-ocupacional/codigo-de-etica.html>
20. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. RESOLUÇÃO Nº 445 de 26 de abril de 2014. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>
21. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução Nº 458, de 20 de novembro de 2015. Dispõe sobre o uso da Tecnologia Assistiva pelo terapeuta ocupacional e dá outras providências. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3221>
22. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução Nº 459, de 20 de novembro de 2015. Dispõe sobre as competências do terapeuta ocupacional na Saúde do Trabalhador, atuando em programas de estratégias inclusivas, de prevenção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3220>
23. CREPEAU, E.B.; COHN, E.S.; SCHELL, B.A.B. WILLARD, Helen S. Terapia Ocupacional/ Willard & Spackaman. Revisão Técnica Eliane Ferreira. Tradução Francisco Dieb Paulo... et al. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, capítulos 8, 21, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 42, 46, 53.

24. DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. (orgs). **Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Plexus, 2001. [Capítulos 2 e 4].
25. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007, [Capítulos: 2, 4, 5, 6 e 10].
26. HAGEDORN, R. **Fundamentos da prática em Terapia Ocupacional**. São Paulo: Dynamis, 1999, [Capítulos 4 e 9].
27. LIMA, A.C.S.de; FALCÃO, I.V. A formação do terapeuta ocupacional e seu papel no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF do Recife, PE. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 3-14, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/970/484>
28. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Relatório da Família Ocupacional 2239 Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas** [file:///C:/Users/lj0126/templateWord%20\(12\).pdf](file:///C:/Users/lj0126/templateWord%20(12).pdf)
29. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) Relatório Tabela de Atividades da Família Ocupacional 2239 Terapeutas Ocupacionais e Ortopedistas** [file:///C:/Users/lj0126/TabelaAtividade\\_2239%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/lj0126/TabelaAtividade_2239%20(7).pdf)
30. Silva, D. B. da. **A Terapia Ocupacional no Brasil na perspectiva sociológica**. Tese (Doutorado em Sociologia). Orientador: José Miguel Rasia. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2017. [Apenas a Apresentação e os Capítulos 3 e 4]. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52791>

## RESIDÊNCIA EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAIS

### PROGRAMA

1. Anatomia de cabeça e pescoço.
2. Anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço.
3. Propedêutica cirúrgica: pré-operatório, trans-operatório e pós-operatório.
4. Anestesiologia.
5. Terapêutica aplicada.
6. Radiologia: Exames intra-bucais; exames extra-bucais e métodos alternativos de avaliação do complexo Buco-Maxilo-Facial.
7. Cirurgias Buco-Maxilo-Faciais: métodos e técnicas de biópsias; cirurgias reparadoras; cirurgias de dentes inclusos; cirurgias paraendodônticas; cistos e tumores odontogênicos; reconstruções dos rebordos alveolares; seio maxilar e articulação temporomandibular.
8. Traumatologia Buco-Maxilo-Faciais: princípios gerais e urgências em traumatologia buco-maxilo-faciais; traumatismos alvéolo-dentários; fraturas de mandíbula; fraturas do complexo zigomático-orbitário; fraturas do terço médio da face; traumatismo craniano; fraturas do nariz; fraturas naso-etmóido-orbitárias.
9. Cirurgias ortognáticas.
10. Patologias.
11. Emergências médicas.
12. 12. Noções de implantodontia e enxertias

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDREASSEN, J.O & ANDREASSEN, F. S. **Textbook and Color Atlas of Traumatic Injuries to the Teeth**, 3 ed. Mosby, Copenhagen, 1994.
2. ARNETT, W.G., MCLAUGHLIN, R. P. **Planejamento facial e dentário para ortodontistas e cirurgiões bucomaxilofaciais**, São Paulo, Artes Médicas, 2004.
3. BETTS, N.J et al.: **Diagnosis and treatment of the transverse maxillary deficiency**. Int J Adult Orthod Orthognathic Surg. 1995; 10: 75-96,
4. CHIAPASCO, M. **Atlas de Cirurgia Oral**. Ed. Santos, São Paulo, 2005.
5. DRAKE, R. L.; VOGL, A.W. & MITCHEL, A.W.M. **GRAY'S Anatomia para estudantes**. 2 ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.
6. EBLING, H. et AL. **Cistos e tumores odontogênicos**. 3 ed. Editora da URS e Macgrall-Hill. Porto Alegre e São Paulo. 1977
7. ELLIS III E., ZIDE M. F. **Surgical approaches to the facial skeleton**. Williams& Wilkins. Baltimore, 1995.
8. EPKER, B. N, STELLA, J. P, FISH, L. C. **Dentofacial deformities-integrated orthodontic and surgical correction** 2d . Mosby, St Louis. vol. 1, 1995. vol. 2, 1996. vol. 3, 1998. vol.4, 1999.
9. FONSECA, R.J. *et alii*. **Oral and Maxillofacial Trauma**. W.B. Saunders. Philadelphia, 1997.
10. FONSECA, R. J, BETTS, TURVEY, T. A. **Oral and Maxillofacial Surgery**. 2 ed., W.B. Saunders, Philadelphia, 2000.
11. FONSECA, R, J., *et alii*. **Trauma Bucomaxilofacial**, 4.ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2015
12. GIL, J. N., CLAUS J. **estética Facial: A Cirurgia Ortognática Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões**. Editora Santos, São Paulo. 2009.
13. HAMMER, B. **Fraturas orbitárias**. Editora Santos. São Paulo. 2005.
14. HUPP, J. R *et alii*. **Cirurgia oral e maxillofacial contemporânea**. 6 ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2015.
15. KNON, P.H. & LASKIN, D.M. **Clinician's manual of oral and maxillofacial surgery**. 1991. Quintessence.
16. LANNIGAN, D.T; HEY, J. H & WEST, R. A. Major Vascular Complication of Orthognathic Surgery: Hemorrhage Associated With Le Fort I Osteotomies **J. Oral Maxillofac. Surg.** 48: 561-573, 1990.
17. MALAMED, S. F. **Manual de anestesia local**. 5.ed. Elsevier. Rio de Janeiro. 2005.
18. MAZZONETTO, R., DUQUE NETO, H., NASCIMENTO, F.F. **Enxertos ósseos em implantodontia**. Editora Napoleão. Nova Odessa. 2012.
19. McMINN, R.M.H., HUTCHINGS, R. T., LOGAN, B.M. **Atlas Colorido de Anatomia da Cabeça e Pescoço**. Sao Paulo, 2 ed., Artes Medicas, 1998.
20. MEDEIROS, P. J. & MEDEIROS, P. P. **Cirurgia Ortognática para o Ortodontista**. 2ed. Editora Santos. São Paulo, 2004.
21. MILORO, M. et al. **Peterson's Principles of Oral and Maxillofacial Surgery**, 2 ed., B.C Decker Inc, Londres, 2004.
22. NEVILLE, BW, DAAMM D D, ALLEN C M A, BOUQUOT J E. **Patologia Oral & Maxilofacial**. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2008.

23. PETERSON, J. L.; ELLIS III, E.; HUPP, J. R.; TUCKER, M. R. **Cirurgia Oral e Maxilo-Facial Contemporânea**, 2ed, Guanabara-Koogan, Rio de Janeiro. 1996.
24. PREIN, J. **Manual of Internal Fixation in the Cranio-Facial Skeleton**. Springer, Berlin, 1998.
25. PROFFIT. W. R., WHITE JR, R. P., SARVER, D. M. Tratamento Contemporâneo de deformidades dentofaciais. Artmed Editora, Porto Alegre, 2005

## RESIDÊNCIA EM MEDICINA VETERINÁRIA – CAMPUS CURITIBA

### CONTEÚDO GERAL:

Sistema Único de Saúde (SUS), Estratégia Saúde da Família, Vigilâncias em Saúde, Políticas Públicas com interface com a medicina veterinária (interação humano animal e meio ambiente). Emergências em zoonoses, doenças infecciosas e parasitárias.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acha PN, Szyfres B. Zoonosis y enfermedades Comunes al Hombre y a los Animales. OPAS/OMS, 2003.
2. Brasil. Ministério da Saúde. ABC do SUS Doutrinas e Princípios, 1990. O SUS de A a Z, 3a ed., 2009. Constituição Federal Brasileira, Leis Federais 5.517 (1968), 9.605 (1998), 8.080 (1990) e 8.142 (1990). BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de vigilância em saúde. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 812 p.
3. Brasil. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília:Ministério da Saúde, 2010.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
5. Brasil. Portaria no 2.488, de 21 de outubro de 2011.Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Diário Oficial da União. 24 de outubro de 2011.
6. Campos GWS, Carvalho YM, Minayo CS, Akerman M, Drumond Junior M. Tratado de Saúde Coletiva. Ed. Hucitec. 2ª ed. 2012.
7. Rocha AA, Cesar CLG. Saúde Pública: Bases conceituais. 1a edição. São Paulo: Editora Atheneu. 2008.

### CONTEÚDO ESPECÍFICO:

1. **Anestesiologia:** Avaliação do paciente e medicação pré-anestésica; anestesia geral intravenosa e inalatória e anestesia local: equipamentos, farmacologia e técnicas; monitoração anestésica, do paciente crítico e ressuscitação cardiopulmonar; dor e analgesia.
2. **Clínica cirúrgica de pequenos animais:** Profilaxia da infecção cirúrgica; técnicas cirúrgicas básicas, fios, suturas, bandagens, drenos, cirurgias de pele e manejo de feridas; cirurgias dos aparelhos auditivo e digestório, do sistema gênito urinário, do trato respiratório, sistema reprodutivo, choque e sepsis, cirurgia em fígado e sistema biliar extra-hepático; hérnias; peritonite; análise e classificação das fraturas; pinos intramedulares, cerclagens e bandas de tensão, fixadores externos lineares, placas e parafusos, hastas bloqueadas; principais vias de acesso aos ossos e articulações.
3. **Clínica médica de pequenos animais:** Afecções da pele e anexos, do sistema endócrino, do sistema gastrointestinal, do aparelho urinário, do sistema respiratório, do sistema cardiovascular e do sistema nervoso em pequenos animais; doenças infecciosas e parasitárias de interesse na clínica de pequenos animais.
4. **Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:** Choque; manejo de feridas; distrofias e paratopias cirúrgicas; doenças clínico-cirúrgicas dos aparelhos locomotor, respiratório, digestório e geniturinário; doenças metabólicas e carenciais, doenças da glândula mamária e do sistema tegumentar.
5. **Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:** Medicina de mamíferos selvagens, de aves selvagens, de répteis e de animais de estimação não convencionais; fisiopatologia do estresse; contenção mecânica, farmacológica e manejo de animais selvagens; doenças infecciosas, parasitárias e zoonoses em animais selvagens e não convencionais; medicina da conservação.
6. **Diagnóstico por imagem:** Princípios de interpretação radiográfica (analgica e digital) e ultrassonográfica, principais artefatos; princípios de interpretação radiográfica óssea e articular, em equinos, cães e gatos; radiologia e ultrassonografia dos sistemas digestório, cardiovascular, respiratório, urinário, doença do disco intervertebral e diagnóstico da gestação de cães e gatos.
7. **Odontologia veterinária:** Anatomia e fisiologia oral veterinária (cão, gato, roedores e lagomorfos); doenças orais; periodontia; exodontia; endodontia; radiologia odontológica.
8. **Oftalmologia veterinária:** Ciência clínica básica da oftalmologia – anatomia, embriologia; procedimentos de diagnóstico oftálmico; terapêutica oftálmica medicamentosa; cirurgia oftálmica; principais doenças das estruturas dos anexos oculares, bulbo ocular, via nervosa da visão e órbita; perdas de visão. Patologia animal: Alterações degenerativas e necróticas; distúrbios da pigmentação; distúrbios circulatórios; distúrbios inflamatórios; processos reparativos; distúrbios do crescimento celular; sistema respiratório, digestório, renal, cardiovascular, reprodutor, nervoso, músculo-esquelético; fígado e ductos biliares. Ornitopatologia: Fisiologia do sistema respiratório e digestório das aves; salmoneloses aviárias; influenza aviária; doença de Newcastle; micotoxicoses em aves; Plano Nacional de Sanidade Avícola- MAPA; biossegurança em avicultura.
9. **Patologia clínica veterinária e Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:** Coleta, manuseio e processamento das amostras biológicas; interpretação do hemograma de mamíferos; urinálise – interpretação; perfil bioquímico renal e hepático, indicações e interpretação; proteinograma; bilirrubina, causas de icterícia; avaliação das enzimas musculares; exame dos líquidos cavitários; coagulograma indicações e interpretação; interpretação de testes sorológicos (ELISA, RIFI); reação em cadeia da polimerase.
10. **Medicina Veterinária do Coletivo:** saúde coletiva; medicina de abrigos; medicina veterinária forense.

11. **Oncologia:** epidemiologia, etiologia e biologia do cancer; estadiamento de diagnóstico clínico; cirurgia, cirurgia oncológica; quimioterapia antineoplásica; neoplasias de pele, mamárias, das cavidades oral e nasal, do sistema reprodutivo e urinário, ósseas e perianais; linfoma.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Anestesiologia:

1. Fantoni DT, Cortopassi SRG. Anestesia em Cães e Gatos. 2a edição. São Paulo: Roca; 2010.
2. Grimm KA, Lamont LA, Tranquilli WJ, Greene SA, Robertson SA, editors. Lumb & Jones Veterinary Anesthesia and Analgesia. 5<sup>th</sup> edition. Iowa: Wiley Blackwell; 2015.
3. Muir WW, Hubell JAE. Equine Anesthesia: Monitoring and Emergency Therapy. St Louis: Mosby Elsevier; 2009.

##### Clínica cirúrgica de pequenos animais:

1. Fossum TW. Small Animal Surgery. 4th edition. Missouri: Mosby Elsevier; 2012.
2. Johnson AJ, Houlton JEF, Vannini RAO. Principles of fracture management in the dog and cat. Thieme, 2006.
3. Piermattei D, Flo GB. Piermattei and Flo's Handbook of Small Animal Orthopedics and Fracture Repair. 4th edition. Missouri:Saunders Elsevier; 2006.
4. Tobias KM, Johnston SA. Veterinary Surgery Small Animal. Missouri: Saunders Elsevier; 2012.
5. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.
6. **Manual de Cirurgia de Pequenos Animais - 2 Vols. - 3ª edição**, St Louis: Elsevier; 2007.
7. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5a edição. St Louis: Elsevier; 2014.
8. **Técnicas Cirúrgicas em Pequenos Animais - Laceda - 2ª edição-** St Louis: Elsevier; 2018.

##### Clínica médica de pequenos animais:

1. Bonagura JD, Twedt DC. Kirk's Current Veterinary Therapy XV. 15a edição. Philadelphia: Saunders; 2014.
2. Ettinger SJ, Feldman EC. Textbook of Veterinary Internal Medicine. 7a edição. Philadelphia: Saunders; 2010.
3. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.
4. Jericó MM, Neto JPA, Kogika MM. Tratado de Medicina Interna de Cães e Gatos. Rio de Janeiro: Roca; 2015.
5. Nelson RW, Couto GC. Small Animal Internal Medicine. 5a edição. St Louis: Elsevier; 2014.
6. Tilley LP, Smith FWK, Oyama MA, Sleeper MM. Manual of Canine and Feline Cardiology. 5a edição. Philadelphia: Saunders; 2015.

##### Clínica médica e cirúrgica de grandes animais:

1. Auer JA, Stick JA. Equine Surgery. 4th. Edition. St. Louis: Elsevier Saunders; 2012.
2. Fubini SL, Lawson S. Farm Animal Surgery. St Louis: Saunders; 2004.
3. Radostits OM, Gay CC, Blood DC, Hinchcliff KW. Clínica Veterinária – um tratado de doenças de bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9a edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.
4. Reed SM. Equine Internal Medicine. Saint Louis: Elsevier; 4th edition; 2018.
5. Riet-Correa F, et al. Doenças dos ruminantes e equídeos. 3a edição. Vol.2. São Paulo: Editora Palloti; 2007.
6. Smith BP. Medicina Interna de Grandes Animais. 3a edição. São Paulo: Manole Biomedicina; 2006.
7. Thomassian A. Enfermidades dos cavalos. 4a edição. São Paulo: Varela; 2005.

##### Clínica médica e cirúrgica de animais selvagens:

1. Cubas ZS, Silva JCR, Catão-Dias JL. Tratado de Animais Selvagens – Medicina Veterinária. 2a Edição. São Paulo: Editora Roca; 2014.

##### Diagnóstico por imagem:

1. Carvalho CF. Ultrassonografia em Pequenos Animais. 2a edição. São Paulo: Gen Roca; 2014.
2. Penninck DP, D'Anjou MA. Atlas de ultrassonografia de Pequenos animais. São Paulo: Guanabara Koogan; 2011.
3. Trall DE. Diagnóstico de Radiologia Veterinária. Tradução da 6th ed St Louis Missouri: Saunders: Elsevier; 2014.

##### Odontologia veterinária:

1. Gorrel C. Odontologia em Pequenos Animais. São Paulo: Saunders Elsevier; 2010.
2. Holmstrom SE, Fitch PF, Eisner ER. Veterinary dental techniques for the small animal practitioner. 3rd edition. Philadelphia:Saunders; 1998.
3. Wiggs RB, Lobprise HB. Veterinary Dentistry – Principles & Practice. Philadelphia: Lippincott – Raven; 1997.

##### Oftalmologia veterinária:

1. Peiffer R, Petersen-Jones S. Sm
2. all animal ophthalmology. A problem-oriented approach, 4th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2009.
3. Turner SM. Oftalmologia em pequenos animais - Série Clínica Veterinária na Prática. São Paulo: Saunders-Elsevier, 2010.

**Ornitopatologia:**

1. Macari M, Mendes AA, Menten JF, Naas IA. Produção de frangos de corte. 2a edição. São Paulo: Facta; 2014.
2. Brasil, 2003. Plano Nacional de Sanidade Avícola. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1\\_4.pdf/view](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/arquivos-das-publicacoes-de-saude-animal/plano-de-contingencia-versao-1_4.pdf/view)
3. Swayne D. Diseases of poultry. 13th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2013.
4. Swenson MJ, Reece WO (Eds.) Dukes, fisiologia dos animais domésticos. 11.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

**Patologia veterinária:**

1. Jones TC, Hunt RD, King NW. Patologia veterinária. 6a edição. São Paulo: Manole; 2000.
2. Jubb KVF, Kennedy PC, Palmer NC. Pathology of domestic animals. 5th edition. Philadelphia: Saunders-Elsevier; 2007.
3. Slauson DO, Cooper BJ. Mechanisms of disease - A textbook of comparative general pathology. 3rd edition. St Louis: Mosby; 2002.
4. Zachary JF, McGavin MD. Bases da patologia veterinária. 5a edição. Rio de Janeiro: Saunders-Elsevier; 2013.

**Patologia clínica veterinária:**

1. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
2. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
3. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
4. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
5. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
6. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
7. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.

**Patologia clínica veterinária – Área de atuação em Biologia Molecular:**

1. Alberts, B. Fundamentos da Biologia Celular. 3 Ed. Porto Alegre. Artmed, 2011. ISBN: 978-85-363-2443-2.
2. Kaneko JJ, Harvey JW, Bruss ML. Clinical biochemistry of domestic animals. 6th edition. Burlington: Academic Press-Elsevier; 2008.
3. Latimer KS. Duncan & Prass's, Veterinary Laboratory Medicine – Clinical Pathology. 5th edition. Ames Iowa: Wiley Blackwell; 2011.
4. Stockham SL, Scott MA. Fundamentos de patologia clínica veterinária. 2a edição. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan; 2008.
5. Thrall MA. Hematologia e bioquímica clínica veterinária. São Paulo: Roca; 2007.
6. Tizard I. Imunologia veterinária. 9a ed. Rio de Janeiro: Saunders Elsevier; 2014.
7. Weiss DK, Wardrop J. Schalm's Veterinary Hematology. 6th edition. Ames Iowa: Wiley-Blackwell; 2010.
8. Greene, CE. Infectious diseases of the dog and cat, 4a edição. Saint Louis: Elsevier Saunders, 2012. 1354p.

**Medicina Veterinária do Coletivo:**

1. ASV. Association of Shelter Veterinarians. 2010. Guidelines for Standards of Care in Animal Shelters. 67p. Disponível em: <http://www.sheltervet.org/assets/docs/shelter-standards-oct2011-wforward.pdf>
2. ICAM. International companion animal management. 2007. Guia de controle humanitário da população canina. 24p. Disponível em [http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane\\_Dog\\_Population\\_Management\\_Guidance\\_Portuguese.pdf](http://www.icam-coalition.org/downloads/Humane_Dog_Population_Management_Guidance_Portuguese.pdf)
3. Miller L, Zawistowski S. Shelter Medicine for Veterinarians and staff. 2nd edition. Iowa: Wiley-Blackwell; 2013. CFMV. Resolução 722 - Código de Ética (2002) e Resolução 756 (2003).
4. Tostes RA, Reis STJ, Castilho VV. 2017. Tratado de Medicina Veterinária Legal. 1ed. Curitiba. Medvet. 400p.
5. Williams JM, Niles JD. BSAVA Manual de Cirurgia Abdominal em cães e gatos. São Paulo: Medvet; 2014.